

## **UM NOVO RITMO DO PODER NO ESPAÇO URBANO, SINALIZADO PELAS RECENTES ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NA LAPA (RJ)**

Gustavo Godinho Benedito  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Bolsista do grupo PET-GEOGRAFIA  
AGB - Rio de Janeiro  
[gustavogodinho@msn.com](mailto:gustavogodinho@msn.com)

### **RESUMO**

O presente trabalho explicita reflexões acerca dos impactos da ideologia da cidade-global na transformação do espaço social da cidade. Tal ideologia está vinculada aos processos constitutivos da globalização, enfatizada aqui como um fenômeno multiescalar. Percebendo um novo ritmo do poder na cidade, buscou-se compreender as formas de promoção da cidade do Rio de Janeiro através de sua produção imagética, enfatizando para as recentes estratégias da Polícia Militar na Lapa como forma de geração de um ambiente seguro na cidade.

Palavras - chave: Globalização; cidade-global; poder.

Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Álvaro Ferreira.

### **INTRODUÇÃO: DESVENDANDO A CIDADE**

O que é a cidade? A cidade aparece aos nossos olhos, uma realidade prático-sensível, conjunto de formas distintas que compõem a paisagem. É obra, objeto percebido pelos sentidos, o que cabe intuir a possibilidade de objetualizá-la, de compreendê-la como um texto a ser lido.

Diferentemente de um objeto manejável e instrumental, como uma caneta ou um papel, sua objetividade estaria mais intimamente associada à objetividade da linguagem. Isso porque, uma vez escrita, permite a todos resignificá-la, compreendê-la de distintas maneiras e através de diferentes combinações semânticas através das inúmeras leituras que cada sujeito estabelece em seu cotidiano. Bairros, casas, ruas, monumentos: obras humanas que parecem sobrepor-se a que as produz, devorando-o e excluindo-o de suas produções. Quando incluído, em alguma placa ou referência, acaba por ser reverenciado através de heróis que o representariam. Homens devoram homens através de objetos que os sobrepedem. Não seria essa a idéia expressa em "Perguntas de um operário que lê", de Bertold Brecht?

Quem construiu as portas de Tebas?  
Nos livros constam nomes de reis.  
Foram eles que carregaram as rochas?  
E Babilônia destruída mais de uma vez?  
Quem a construiu de novo?  
Quais as casas de Lima dourada  
que albergavam os pedreiros?  
Na noite em que terminou a muralha da China  
para onde foram os operários da construção?  
A eterna Roma está cheia de arcos de triunfo.  
Quem os construiu?  
Sobre quem triunfavam os césares?  
Bizâncio, tão cantada, só consistia de palácios?  
Mesmo na legendária Atlântida  
os moribundos chamavam pelos seus escravos  
na noite em que o mar os engolia...

Nesse poema de Brecht, percebemos a crítica realizada pelo poeta em relação ao modo de relato da história de construção do espaço (de Tebas, da muralha da China, de Roma), onde os objetos e heróis parecem, como afirmado, sobrepor-se e devorarem os homens. Por um lado, é a crítica à objetualização da humanidade, como se pudéssemos compreendê-la somente como um conjunto de objetos. Por outro, é a crítica à redução do processo conflituoso de humanização da humanidade a meros representantes (reis, líderes, heróis). A mesma crítica é também exposta, entretanto de modo teórico, pelo filósofo Henri Lefebvre (1991, p. 46-47) em relação à produção da cidade. Para o autor,

"Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. (...) Tomando o termo "produção" num sentido amplo (produção de obras e produção de relações sociais), houve na história uma produção de cidades assim como houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis."

Dessa forma, torna-se perigoso compreender a cidade meramente como um texto. Afirmar que ela pode ser lida e compreendida como um conjunto de signos, não nos permite afirmar que através da descrição e percepção desses chegaríamos a uma compreensão do que é a cidade. Entendê-la como uma música, preenchida por vários tempos, não significa compreender a produção da cidade. No máximo, podemos inferir que a dimensão de vários tempos está impregnada em sua paisagem.

“A desigualdade que pode ser percebida no olhar-se a paisagem é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano. (...) Esta paisagem, este "instantâneo" que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático, mas preche de movimento, de vida,

de uma vida rica de relações que o homem mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie."(Carlos, 2005, p. 24-38)

Assim, a interpretação da paisagem da cidade nos remete à compreensão do espaço urbano em seu processo de constituição, pensando a cidade a partir da espacialidade das relações sociais, em um processo de reprodução da sociedade urbana, como meio, produto e condição às relações socioespaciais. A cidade como condição à reprodução do capital é também a cidade como condição à reprodução da vida em todas as suas dimensões, sendo a realização desse espaço enquanto condição geradora de um produto, que será condição de um novo processo, um novo momento, sua reprodução.

O espaço, diferentemente da paisagem, se torna base para compreensão dos processos constitutivos da cidade, melhor entendida como forma que exprime o processo de constituição da sociedade urbana.

Talvez a noção de forma-conteúdo, exposta por Milton Santos (2006), forneça bases para uma melhor compreensão do que acima foi exposto em relação à paisagem e ao espaço. Para o autor, é a sociedade que anima as formas espaciais, introduz movimento a elas, atribuindo-lhes conteúdo. Para ele, a dialética, um movimento contraditório, não é possível entre formas enquanto formas, nem entre paisagem e sociedade. Isso porque, quando a sociedade atua sobre o espaço, não atua sobre objetos físicos, estáticos, e sim enquanto realidade social. Por isso é que, afirma Ana Fani Alessandri Carlos (2001, p. 12), *"a análise geográfica do mundo é aquela que caminha no desvendamento dos processos constitutivos do espaço social."*

Reafirmando o que foi dito, Santos nos oferece uma explicação bastante didática para compreensão da relação entre o homem e seus objetos, no presente estudo, entre o homem e a cidade:

"Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na véspera seria ainda espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem. Não temos melhor imagem para mostrar a diferença entre esses dois conceitos."

E que,

"Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo."  
(Santos, 2006, p. 106-109).

Destarte, compreende-se a cidade como intrinsecamente relacionada à realização da sociedade sobre o espaço, enquanto espaço social, e que, uma vez relacionada ao processo de constituição da sociedade urbana, exige uma recorrência ao contexto, o que

está sob o texto a ser decifrado. Tal idéia nos remete à proposta do “silêncio”, de Marilena Chauí, filósofa brasileira. Para tal autora, recentemente há uma intensa deificação do “aqui e agora”, do que está sendo decodificado no presente imediato. Isso geraria um grave problema na interpretação dos fatos, limitando-os ao instante, desvinculando-os de processos histórico-geográficos aos quais estão inseridos. Assim, a autora propõe um momento de “silêncio”, de reflexão e de resgate do contexto.

Acreditamos então que o contexto em que a cidade do Rio de Janeiro está inserida é o da metropolização do espaço, revelando um momento do processo de reprodução da cidade. Tal processo está relacionado à inserção da cidade na economia global, na busca por atração de fluxos de capitais globais.

## **A GLOBALIZAÇÃO, A CIDADE-GLOBAL E UM NOVO RITMO DO PODER NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Desde os anos 90, a sociedade e economia brasileiras vêm sofrendo grandes mudanças, associadas à crise de acumulação que atingiu as economias capitalistas centrais a partir de meados dos anos 1970. A desvalorização desencadeada pela crise acaba por disseminar um consenso: as cidades devem agora adotar uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Tal consenso é consubstanciado na chamada ideologia da cidade-global, que divulga a globalização de modo positivo e evidencia um modelo que deu certo para a solução do processo de desvalorização do capital desencadeado pela crise/reestruturação do sistema capitalista na década de 1970. O termo “cidade-mundial”, utilizado pela primeira vez por Patrick Gueddes em 1915, e retomado por Peter Hall em 1966, em sua obra “World Cities”, denotava a importância de certas cidades, desde a Antiguidade, na organização econômica mundial. As teorias recentes acerca da cidade-global aludem também a esse papel estratégico de certas cidades. Seu principal pressuposto é de que as transformações ocorridas na economia a partir da reestruturação produtiva acabaram por impulsionar um papel estratégico para as grandes cidades. Assim, a globalização demandaria a produção de novos espaços, e as cidades seriam o lócus privilegiado para tal oferta.

Para compreendermos a natureza de tal ideologia, necessitamos expressá-la como um processo social de reformulação do modelo de produzir, planejar e gerir a cidade hoje, produzindo novas formas e funções, evocando, segundo Fernandes (1981), a idéia de Marx de que o homem *“não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira...”* e assim entendendo a globalização, a qual tais práticas/ideologias estão co-relacionadas, como um processo social. É, segundo Ferreira (2007) citando Doreen Massey, o sentido que nos fornece afirmando que

“To imply that the current form of globalization is inevitable is merely to accept the usual invocation of necessity (“there is no alternative”) mobilised by those striving to implement their Project. Globalization is not a force of nature: it is a social process.”

A base para a compreensão de tal ideologia é a de que a posição de cidade-global seria uma necessidade à reestruturação espacial das cidades frente ao capitalismo competitivo global, disseminando assim a globalização como um fenômeno positivo, ao qual vale a pena se alinhar, e necessário à manutenção da sustentabilidade econômico-

social da cidade.

Para a garantia da inserção da cidade na economia global, as mesmas deveriam adquirir certos atributos. Dessa forma, segundo Ferreira (2007, p. 23-24), define-se que as cidades globais:

- “São “pontos nodais” de relação entre a economia global e a nacional;
- São o palco de grande volume de negócios transnacionais e recebem intenso fluxo de executivos a negócios (“turismo de negócios”);
- Abrigam número significativo de sedes de grandes empresas, preferencialmente sedes mundiais de empresas de atuação transnacional, com ênfase nos setores financeiro, bancário, mas também “produtivo de ponta” e inovadores (telecomunicações, informática, etc.);
- Abrigam bolsas de valores importantes para as transações regionais e/ou, preferencialmente, globais, recebendo importante fluxo de capitais financeiros;
- Apresentam uma supremacia econômica, às vezes quanto ao número de empresas, às vezes quanto ao valor adicionado das atividades terciárias, em especial aquelas “de ponta” ou “avançadas”, ou seja, atividades de apoio às empresas de atuação globalizada: serviços financeiros, de contabilidade, publicidade, consultoria de negócios, serviços jurídicos internacionais, outros serviços empresariais, telecomunicações, apoio em informática, produção de softwares, etc.;
- Concomitantemente, apresentam um declínio significativo das atividades industriais fordistas, ou ao menos das taxas de emprego industrial;
- Têm alto grau de especialização do emprego, em negócios e serviços financeiros e nas atividades de serviços acima citadas. Ao mesmo tempo, concentram atividades de baixa remuneração relativas a serviços de apoio logístico, como limpeza e segurança de edifícios, etc.;
- Usufruem de ampla e disponível infra-estrutura de telecomunicação e informática, tendendo a concentrar-se em “distritos” com grande número de edifícios de alta tecnologia e grande conectividade com os sistemas internacionais de comunicação;
- Concentram sedes de empresas com significativa parte de sua receita oriunda de exportações;
- Apresentam importante atividade hoteleira voltada ao turismo de negócios;
- Oferecem infra-estrutura para a recepção de grandes eventos do circuito cultural e esportivo “global”: espetáculos da Broadway, grandes exposições, olimpíadas, feiras universais, etc.”

Em geral, a melhor palavra para designar os deslocamentos espaço-temporais da economia global, como sugere o autor, seriam fluxos: de capitais, pessoas, produtos,

informações, conhecimento, etc. Cabe salientar que a “cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, e que ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto” (Lefebvre, 1991, p. 46). Entretanto, não são resultados passivos da globalidade social, dependem de uma articulação entre a ordem próxima e a ordem distante, entre as ações locais e as propostas globais.

A complexidade como método emerge aqui como necessidade à compreensão das transformações na cidade do Rio de Janeiro, já que propõe um vaivém entre os pontos particulares e seus contextos, superando a visão reducionista que se propõe a conhecer o todo a partir da qualidade das partes, e a visão holista, que negligencia as partes para tentar conhecer o todo.

Em outras palavras, Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p.364), ao estudar os impulsos globais e as transformações no espaço urbano, propõe uma articulação entre o local e o global, entre parte e todo, ao articular atratores e vetores na formação do que entende por impulsos globais, e, da mesma forma que Massey, resiste “à naturalização e à reificação da globalização.” (Ribeiro, 2004, p.364) Para a autora, a globalização é um processo complexo, em que as propostas globais se articulam com ações locais que atraem os fluxos econômicos para a promoção do desenvolvimento econômico da cidade, sendo a atração (arranjos político-econômicos e jurídicos) e atratividade (embelezamento e ambiência programada) correlatas aos vetores, aos processos exógenos promotores do modelo de desenvolvimento e de melhor inserção das cidades no contexto global. O estudo da ideologia da cidade-global e de seus fenômenos correlatos (planejamento estratégico, marketing urbano) necessita de uma visão multidimensional, em que as ações e discursos propalados na cidade do Rio de Janeiro atualmente não podem ser compreendidos sem o já aludido vaivém parte-todo.

Se admitimos anteriormente que a dimensão de vários tempos está impregnada na paisagem da cidade, podemos suportar agora a afirmação proposta por Milton Santos (2006) de que o espaço seria um conjunto de tempos desiguais. Isso porque passamos agora a desvendar os processos remodeladores da cidade do Rio de Janeiro, associados à globalização e às transformações nas formas de gestão urbana, no movimento de condicionamento da cidade à recepção dos fluxos globais, inserindo-se no espaço social da cidade e o transformando. Não nos cabe aqui categorizar o “nível de globalidade” da cidade do Rio de Janeiro. Pretendemos enfatizar o fato de que a ideologia tem uma força relevante no processo de produção do espaço e de transformação do cotidiano na cidade. István Mészáros (1989) corrobora com nosso pensamento no momento em que afirma que para se “medir” a força de uma ideologia basta observar sua força de materialização no real. Agora, partiremos para a visualização de uma das dimensões associadas à promulgação da cidade do Rio de Janeiro como uma cidade-global, a dimensão da manifestação do poder policial, ritmo manifesto do poder estatal no espaço frente a tempos desiguais da cidade do Rio de Janeiro, em virtude de seu desenvolvimento geográfico desigual.

No espaço, como na música, podemos perceber a existência de tempos fortes e fracos. Na música, como no relógio, é estabelecida uma pulsação regular. A diferença é que no relógio observamos tempos repetidos, homogêneos, o tic-tac intermitente, e na música, diferenciais, uns fortes e outros fracos. Tal metáfora se relaciona espacialmente aos desenvolvimentos desiguais do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, onde as áreas mais desenvolvidas, prenes de maior infra-estrutura e serviços, seriam os tempos fortes, onde o capital se estabelece majoritariamente.

Sobre uma pulsação regular, na música, costuma-se criar variações na ocorrência dos sons e na qualidade dos mesmos, em que a presença de silêncio e de som, tanto quanto a duração e características desses, permitem a ocorrência do que chamamos de

ritmo.

Na cidade, um novo ritmo do poder é percebido, onde o policiamento se estabelece diferencialmente no espaço, e, nas áreas mais desenvolvidas da cidade, atua de maneira diferenciada, usualmente aludindo a uma atuação comunitária, em um diálogo com a população do local para o estabelecimento da “ordem”. Antes de nos concentrarmos na Lapa como sinalização dos processos mais recentes de transformação da força policial na cidade, cabe ressaltar que, ao entrevistarmos 110 moradores da cidade, todos concordaram com a existência de um novo ritmo do policiamento, o que sugere que a cidade pode ser “lida” em seu dia-a-dia, na observação dos jornais, na movimentação pela cidade, no cotidiano. É também válida uma breve descrição da nova forma proposta por parte do policiamento na cidade do Rio de Janeiro, para que possamos em diálogo com o real, desmistificar essa nova prática e discurso policiais, compreendidos como associados à produção imagética da cidade, fator relevante em seu caminho rumo à cidade-global.

A cidade segura tem que emergir tanto quanto a cidade cultural, status já bem mais estruturado na cidade. Isso porque, em virtude das dificuldades de transformação do espaço para a recepção dos fluxos globais, a produção imagética ganha relevância. Agora, o que estaria em promoção seria um produto inédito, “a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*”(Arantes, 2000, p. 17). Nesse sentido, a representação de partes da cidade ao invés da cidade como um todo surge para o escamoteamento dos “tempos fracos” da cidade, emergindo assim uma nova forma de manifestação do poder na cidade.

Ao investigarmos alguns documentos, projetos, debates, propostas e ações atrelados à temática da segurança pública no espaço urbano, percebemos que a discussão proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é um importante pilar de sustentação do pacote ideológico disseminado na globalização acerca do tema, sintetizando as propostas vigentes na maioria dos documentos investigados. Destacando a importância das autoridades locais na gestão da convivência e segurança cidadã, expõe que tais noções foram desenvolvidas a partir dos conceitos de desenvolvimento humano sustentável e de segurança cidadã defendidos pela ONU, desde o princípio da década de 1990, devendo constituir, impreterivelmente, a sustentação filosófica dos processos que são desenvolvidos na administração dessas problemáticas.

A ONU em 1994 defendeu pela primeira vez o conceito de segurança humana, inserido no paradigma do “desenvolvimento humano sustentável”, sugerindo que tal conceito toma como enfoque o indivíduo. Anteriormente, critica a ONU, a idéia de segurança era atrelada mais ao Estado que ao indivíduo, deixado em segundo plano. Assim, dar nova conceituação ao termo pressupõe a consideração de que o centro da discussão é o cidadão, a pessoa considerada como indivíduo em detrimento da pessoa considerada como parte do Estado.

Destarte, a segurança cidadã é compreendida como um bem público, referente a uma ordem cidadã democrática que elimina as ameaças de violência e desordem contra a população, permitindo uma convivência segura e pacífica, em um processo de pleno desenvolvimento social e de deslegitimação de outras ordens socioespaciais. Dentro de tais idéias, a noção de polícia comunitária surge como forma de aplicação dessa percepção de segurança pública.

A idéia básica do que se veio a conhecer como Polícia Comunitária é a idéia de produção conjunta ou co-produção da ordem urbana, entre Estado e sociedade em diálogo. A consolidação da força policial moderna, enquanto instituição burocratizada,

na Inglaterra em finais do séc. XIX, apontou para as dificuldades enfrentadas pelo Estado, em regimes democráticos, em compatibilizar a justiça substantiva, produzida consensualmente na vida cotidiana dos indivíduos em sociedade e a justiça formal, através da aplicação da lei. Da mesma forma, a palavra direito emprega-se num duplo sentido, no objetivo e no subjetivo. O direito no sentido objetivo é o conjunto de princípios jurídicos aplicados pelo Estado à ordem legal da vida. O direito, no sentido subjetivo, é a transfusão da regra abstrata no direito concreto da pessoa interessada. (Von Ihering, 1990, p. 3)

Nesse sentido, a Polícia Comunitária aponta para uma possibilidade de resolução desta ambigüidade clássica do fazer/pensar policial, dado que o pressuposto é o da produção conjunta (Estado e sociedade) da ordem pública.

O seminário Pan-Americano de Polícia Comunitária e Segurança cidadã, realizado em junho de 2007 no Rio de Janeiro, faz com que atentemo-nos para tal discussão no âmbito da cidade. Apontando como perverso o artigo 144 da constituição, o qual estabelece como gestor da ordem pública a polícia ostensiva (Polícia Militar), o seminário aponta como necessidade a descentralização de tais responsabilidades, em que a população como um todo colocar-se-ia frente ao Estado como co-participante dos processos garantidores da ordem pública.

A Lapa se situa frente a tais propostas, uma vez que em virtude de sua “revitalização” e de sua valorização, exprime-se como um local da cidade fundamental para a produção de sua imagem, para a realização de seu marketing. Espaço relacional aos pontos fortes e fracos da cidade, uma espécie de isotopia em relação à cidade da música, ao complexo esportivo desenvolvido para os jogos pan-americanos, por exemplo. Ainda é concebida por muitos como um lugar inseguro, na maioria das vezes como forma de imposição de uma “ordem” hegemônica disseminada pelo Estado ao qual é atribuído “como função determinante a garantia das condições gerais da reprodução, como processo de valorização do capital” (Hirsch, 1990, p.147), pelos comerciantes formais e futuros donos de condomínios de luxo (como exemplo o condomínio Cores da Lapa, situado na Rua do Riachuelo, e a casa de shows Estrela da Lapa, situada na Rua Mem de Sá).

Daniel Koslinski, por exemplo, um dos donos do Grupo Matriz, que possui várias casas noturnas em Botafogo e na Lapa, afirma que para os comerciantes do local é difícil atrair clientes quando não se pode garantir a segurança:

“A iniciativa do estado por ali é muito tímida e pouco abrangente. Existe esse estigma de crescimento e grandes lucros, mas a coisa na verdade é bem diferente. Muita gente ali investiu tudo, apostou no bairro e tem o direito de lucrar, mas mesmo assim é muito difícil porque o poder público não ajuda. O comércio informal toma as calçadas e não deixa espaço para as pessoas caminharem, vende bebidas alcoólicas para menores, e destroem o lucro dos comerciantes que geram empregos, pagam impostos e vivem ameaçados por inúmeros órgãos de fiscalização. Os flanelinhas dominam as ruas extorquindo dinheiro debaixo das barbas da PM. Isso afasta um público que não está a fim de enfrentar essa guerra.”

Isso ilustra algumas das inúmeras reivindicações dos empresários, “agora em um bom diálogo com o Estado” (afirmação por parte de um dos policiais entrevistados na Rua Joaquim Silva), para uma maior atuação do Estado através do policiamento para a



garantia da ordem no lugar. É o que falta na Lapa, segundo muitos. Entretanto, para os que se apropriam da rua, como os ambulantes, o diálogo não chega, o novo código ético disseminado pelos empresários e pelo Estado não os inclui. A intensificação da presença dos policiais e a forma com que se espacializam (através de telefonemas dos empresários solicitando-os), permite-nos inferir que há uma intensificação da racionalização do espaço, o que acaba gerando uma tendência à “organização da desordem”. Dessa forma, parte do comércio que se estabeleceria no espaço perde legitimidade. Talvez tal fato aponte para a insustentabilidade do discurso do diálogo entre Estado e sociedade civil, mediado pela “Polícia Comunitária”, para a solução dos conflitos sociais e para o estabelecimento de uma justiça em uma perspectiva que garanta a todos o direito à cidade, já que a ordem produzida em cooperação na Lapa tem “demonizado” uns em favor da deificação de outros, em favor da reprodução do capital, em detrimento da reprodução da vida.

## CONCLUSÃO

Na busca do desvendamento dos fenômenos que estão re-formulando o espaço social na cidade hoje, percebemos que a dimensão da ideologia é de salutar importância à compreensão do contexto em que as novas formas de gestão estão inseridas. Dessa forma, visualizamos que o novo ritmo do poder estatal, representado pela polícia militar, garantidora da valorização do espaço, está correlacionado à necessidade de atração e atratividade da cidade, produzindo discursos que valorizam, em algumas áreas da cidade como a Lapa, o diálogo entre a força policial e a sociedade civil para a garantia da ordem pública. Entretanto, tal ordem está intimamente associada aos discursos que preterem o valor-de-uso do espaço em prol do valor-de-troca, o que nos permite intuir que a racionalização do espaço da Lapa acaba por gerar conflitos e “escapes” ao ordenamento no processo de busca por autonomia e reprodução da vida por parte de muitos que não se inserem nesse novo “civismo”, nesse novo ritmo do poder. A reconstrução da compreensão do fenômeno do Poder no espaço urbano torna-se essencial ao prosseguimento do trabalho, adotando-se o comércio ambulante da Lapa e sua relação com os policiais militares, tanto quanto seus “escapes” no espaço à ordem imposta pelo Estado, como foco essencial para maiores considerações acerca da insustentabilidade do diálogo proposto pela “Polícia Comunitária” na cidade do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. In: Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis, RJ: Vozes: 2007.

HIRSCH, Joachim. O problema da dedução da forma e da função do estado burguês. In: A teoria do Estado: Materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

LEFEBRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: El rostro urbano de América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2004.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Letícia Tabachi Silva. Acontecimento Urbano: os escapes na cidade. Dissertação de mestrado. Salvador, 2007.

VON IHERING, RUDOLF. A luta pelo direito. Rio de Janeiro: Forense, 1990.